



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência de Projetos Prioritários - Diretoria de Apoio Administrativo

Anexo nº 0109564/2021 (SIAM)/SEMAD/SUPPRI APOIO ADM/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0014597/2021-68

| ANEXO DE CONDICIONANTES REFERENTE AO PARECER Nº 12/SEMAD/SUPPRI/DAT/2021 - PARECER ÚNICO Nº 0055680/2021(SIAM) APROVADO NA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS, REALIZADA NO DIA 25/02/2021. PROTOCOLO SIAM: 0109564/2021 (SIAM). |  |  |        |                                    |
|--|--|--|--------|------------------------------------|
| INDEXADO AO PROCESSO:  |  | PA COPAM:  |        | SITUAÇÃO:                          |
| Licenciamento Ambiental  |  | 02569/2015/002/2017  |        | Sugestão pelo Deferimento          |
| FASE DO LICENCIAMENTO:   |  | LOC  |        | VALIDADE DA LICENÇA: 10 (dez) anos |
| PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:   |  | PA COPAM:  |        | SITUAÇÃO:                          |
| APEF (CAR)   |  | 06061/2017   |        | APRESENTADA                        |
| OUTORGA  |  | 19932/2017<br>19936/2017<br>19935/2017<br>19934/2017<br>19937/2017<br>19933/2017<br>22121/2019<br>07574/2015 |        | ANÁLISE TÉCNICA CONCLUÍDA          |
| PROCESSO INICIAL LAS/RAS   |  | 02569/2015/001/2019  |        | DEFERIDO                           |
| EMPREENDEDOR:  |  | Rodolfo Giannetti Geo  | CPF:   | 500.961.256-91                     |
| EMPREENDIMENTO:  |  | Fazenda Santa Terezinha  | CPF:   | 500.961.256-91                     |
| MUNICÍPIO:   |  | São João da Ponte  | ZONA:  | Rural                              |
| COORDENADAS GEOGRÁFICAS:   |  | LAT/Y  | 638717 | LONG/X 8232627                     |
| CÓDIGO:  |  | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):   |        | CLASSE                             |
| G-02-08-9  |  | Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento                 |        | 4                                  |
| G-02-07-0  |  | Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo                       |        |                                    |
| G-01-03-1  |  | Culturas anuais, semiperenes e perenes,  |        |                                    |



|           |  |
|-----------|--|
|           | silvicultura e cultivos<br>agropastoris, exceto<br>horticultura  |
| D-01-02-4 | Abate de animais de médio<br>porte (suínos, ovinos,<br>caprinos, etc)  |
| D-01-04-1 | Industrialização da carne,<br>inclusive desossa,<br>charqueada e preparação<br>de conservas  |
| G-02-12-7 | Aquicultura e/ou unidade<br>de pesca esportiva tipo<br>pesque-pague, exceto<br>tanque-rede   |
| E-02-02-2 | Sistema de geração de<br>energia termelétrica<br>utilizando combustível não<br>fóssil  |
| F-06-01-7 | Postos revendedores,<br>postos ou pontos de<br>abastecimento, instalações<br>de sistemas retalhistas,<br>postos flutuantes de<br>combustíveis e postos<br>revendedores de<br>combustíveis de aviação |
| D-01-02-6 | Preparação do pescado  |

## ANEXO I

## Condicionantes da Licença de Operação Corretiva da Fazenda Santa Terezinha

| <b>Empreendedor:</b> Rodolfo Giannetti Geo   |  |                               |
|--|--|-------------------------------|
| <b>Empreendimento:</b> Fazenda Santa Terezinha   |  |                               |
| <b>CPF:</b> 500.961.256-91   |  |                               |
| <b>Município:</b> São João da Ponte  |  |                               |
| <b>Atividades:</b> Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agropastoris, exceto horticultura; Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc); Industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas; Aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague, exceto tanque-rede; Sistema de geração de energia termelétrica utilizando combustível não fóssil; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação e Preparação do pescado. |  |                               |
| <b>Código DN 217/17:</b> G-02-08-9, G-02-07-0, G-01-03-1, D-01-02-4, D-01-04-1, G-02-12-7, E-02-02-2, F-06-01-7 e D-01-02-6.   |  |                               |
| <b>Responsabilidade pelos Estudos:</b> Biopreservação Consultoria e Empreendimentos Ltda.  |  |                               |
| <b>Referência:</b> Licença Operação Corretiva  |  |                               |
| <b>Processo:</b> 2569/2015/002/2017  |  |                               |
| <b>Validade:</b> 10 (dez) anos   |  |                               |
| Item   | Descrição da Condicionante   | Prazo                         |
| 1.   | Apresentar relatório de realização de estocagem de solo de decapeamento e sua utilização em recuperação de áreas degradadas, com ART e fotos.  | 90 (noventa) dias             |
| 2.   | Manter arquivado, por período de um ano, os receituários agrônômicos e as cópias das notas fiscais de compras de agrotóxicos utilizados na propriedade, bem como utilizar produtos com | Durante a vigência da licença |



|     |   |                                 |
|-----|---|---------------------------------|
|     | registro junto ao órgão competente, realizar triplice lavagem e dar destinação correta às embalagens vazias.  |                                 |
| 3.  | Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como dar destinação adequada aos filtros de óleos, estopas contaminadas e sedimentos contaminados a empresas regularizadas ambientalmente, conforme Resolução CONAMA nº 362/2005. Manter os recibos da destinação na propriedade para atender eventuais fiscalizações.   | Durante a vigência da licença   |
| 4.  | Dar destinação sanitária e ambientalmente correta para as carcaças de animais, podendo ser feito o enterro em valas ou compostagens, exceto para o caso de doenças de controle oficial, para as quais se faz necessário o acompanhamento do órgão responsável, de acordo com recomendações específicas.   | Durante a vigência da licença   |
| 5.  | Apresentar revisão do Programa de Conservação das APPs, com espécies típicas do ambiente de mata Seca, conforme recomendações deste parecer.  | 90 (noventa) dias               |
| 6.  | <b>Condicionante alterada na 49ª RO da CAP de 25/02/2021.</b><br>Apresentar os pontos de coleta de monitoramento de água do rio Sangradouro do Verde Grande, para aprovação da Suppri e verificação se novos pontos de monitoramento são necessários. Obs.: Deverá conter pelo menos um ponto a montante e um a jusante do empreendimento. Executar o programa de monitoramento, conforme aprovado pela Suppri.   | 30 (trinta) dias                |
| 7.  | Apresentar Projeto Técnico de Reconstituição de Flora – PTRF para as áreas de cultivo em APP, com cronograma executivo e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável pela elaboração do projeto, cumprir integralmente conforme o cronograma após a apreciação da SUPPRI.   | 60 (sessenta) dias              |
| 8.  | Apresentar Projeto Executivo da Proposta de Compensação pela intervenção em áreas úmidas para construção do pivô central.   | 120 (cento e vinte) dias        |
| 9.  | Protocolar relatório técnico com recomendação da taxa de aplicação (projeto de fertirrigação) dos efluentes da ETE para o ano seguinte (visando melhor eficiência do produto como adubo e com vistas aos aspectos ambientais de qualidade do solo), calculada e justificada a partir de critérios agrônômicos, tomando como base de cálculos as análises de solo e dejetos (atualizadas) e enfatizando boas práticas de manejo e conservação do solo, com ART do responsável técnico. | 60 (sessenta) dias / anualmente |
| 10. | <b>Condicionante incluída na 49ª RO da CAP de 25/02/2021.</b><br>Executar o plano de monitoramento de águas subterrâneas. Obs.: A entrega de relatório será anual.  | Durante a vigência da licença.  |

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado, conforme previsto no art. 31 do Decreto 47.383/2018.

\*\* As comprovações das condicionantes da Licença de Operação deverão ser apresentadas a SUPRAM NM.

Obs.: Conforme parágrafo único do art. 29 do Decreto 47.383/2018, a prorrogação do prazo para o cumprimento de condicionante e a alteração de seu conteúdo serão decididas pela unidade responsável pela análise do licenciamento ambiental, desde que tal alteração não modifique o seu objeto, sendo a exclusão de condicionante decidida pelo órgão ou autoridade responsável pela concessão da licença, nos termos do disposto nos arts. 3º, 4º e 5º.

Obs.: Qualquer inconformidade ou modificação que ocorra anteriormente à entrega dos relatórios imediatamente informadas ao órgão ambiental.

## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva

#### 1. Efluentes Líquidos

| Local de amostragem                     | Parâmetro  | Frequência de Análise |
|---|--|-----------------------|
| Rio Sangradouro à margem da propriedade | <ul style="list-style-type: none"> <li>Temperatura</li> <li>DBO</li> <li>DQO</li> <li>pH</li> <li>Sólidos sedimentáveis</li> <li>Sólidos em suspensão</li> </ul> | Trimestral            |



- Óleos e graxas
- Agentes tensoativos
- Coliformes termotolerantes
- Nitrato Total
- Sódio Total
- Fósforo total

**Relatórios:** Enviar Semestralmente à SUPRAM-NM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios acreditados pelo órgão de controle e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

## 2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar Semestralmente à SUPRAM os relatórios de controle e disposição dos resíduos contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

| Resíduo     |        |                                |                        | Transportador |                   | Disposição final |                     |                   | Obs.<br>(**) |
|-------------|--------|--------------------------------|------------------------|---------------|-------------------|------------------|---------------------|-------------------|--------------|
| Denominação | Origem | Classe<br>NBR<br>10.004<br>(*) | Taxa de geração kg/mês | Razão social  | Endereço completo | Forma<br>(*)     | Empresa responsável |                   |              |
|             |        |                                |                        |               |                   |                  | Razão social        | Endereço completo |              |
|             |        |                                |                        |               |                   |                  |                     |                   |              |

(\*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(\*\*) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Suppri ou Supram, face ao desempenho apresentado;

- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Ribas, Superintendente**, em 17/03/2021, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **26881120** e o código CRC **C878F067**.

Referência: Processo nº 1370.01.0014597/2021-68

SEI nº 26881120







**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável****Superintendência de Projetos Prioritários - Diretoria de Apoio Administrativo**

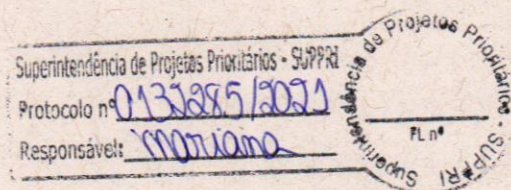
Ofício SEMAD/SUPPRI APOIO ADM nº. 62/2021

Belo Horizonte, 16 de março de 2021.

Ao Senhor

**Rodolfo Giannetti Geo**

Av. Raja Gabáglia, 1255 - Luxemburgo

30380-435 - Belo Horizonte/MG**Assunto: Encaminha Certificado da Licença de Operação Corretiva nº 006/2021 Rodolfo Glanetti Geo - Fazenda Santa Terezinha.****Referência:** [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0014597/2021-68].

Prezado Senhor,

Comunicamos que o pedido de Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC1), Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC), referente ao Processo Administrativo nº 02569/2015/002/2017, do empreendedor Rodolfo Giannetti Geo, empreendimento Fazenda Santa Terezinha, CPF 500.961.256-91, localizado no município de São João da Ponte/MG, para a atividade principal Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime de confinamento, Número de Cabeças: 7.000,00, com critério locacional 1, enquadrada na DN COPAM nº 217, de 2017, sob o código G-02-08-9, foi deferido pela Câmara Técnica Especializada de Atividades Agrossilvipastoris, na 45ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 25/02/2021.

Dessa forma, encaminhamos o Certificado de Licença de Operação em Caráter Corretivo nº 006/2020 (26881137), o Parecer nº 12/SEMAD/SUPPRI/DAT/2021 - Parecer Único nº 0055680/2021 (26881028), bem como o Anexo de Condicionantes (26881120), aprovado na referida Câmara, para conhecimento, acompanhamento e cumprimento das condicionantes.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Andresa Cassia Gusmao Santos, Diretora**, em 16/03/2021, às 22:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?)[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **26881186** e o código CRC **2F1CE8C4**.



24/03/2021

SEI/GOVMG - 26881186 - Ofício



---

Referência: Processo nº 1370.01.0014597/2021-68

SEI nº 26881186

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900